

Seminário de Ana Quiroga.

GLOBALIZAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL:
A CRISE DE REPRESENTAÇÃO DO FUTURO

Elmar Pinheiro do Nascimento
sociólogo, professor na UnB

CAXAMBU, 1996

"No entanto, as coisas mudam se, como parece deva-se reconhecer, o pós-moderno se caracterizar não apenas como novidade com relação ao moderno, mas também como dissolução da categoria do novo, como experiência do 'fim da história', mais do que como apresentação de uma etapa diferente, mais evoluída ou mais retrógrada, não importa, da própria história" (Gianni Vattimo, 1996)

SUMÁRIO

- I. INTRODUÇÃO
- II. ANTECEDENTES IMEDIATOS DO DEBATE
- III. PÓS-MODERNIDADE OU CRISE DA MODERNIDADE?
- IV. GLOBALIZAÇÃO E EXCLUSÃO: AMEAÇAS À MODERNIDADE?
- V. CONCLUSÃO

I. INTRODUÇÃO

No interior do debate aberto no final dos anos 70, os processos de globalização e de exclusão social, cada qual com sua especificidade, mas estreitamente relacionados entre si, são definidos como fenômenos que, para uns, aceleram o fim da modernidade, e, para outros, aprofundam a sua crise, impulsionando a sua radicalidade. Nos interstícios e distorções entre uma e outra corrente reside, contudo, o consenso de uma mudança e o dissenso de sua natureza. A constatação de uma simples mudança, ou de um conjunto considerável de mudanças, não parece se revestir de qualquer interesse, na medida em que a forma de existência da modernidade é o movimento. A modernidade é a perpétua construção do projeto de si mesma. Afinal, esta é a "época da história", não apenas na mudança da concepção cíclica do tempo dominante nas sociedades pretéritas, mas também no sentido de que, com a modernidade, nasce a história universal, existindo antes apenas histórias regionais. A mudança referida quer-se, portanto, muito mais substantiva. O que está em jogo, naturalmente, é a natureza dessa mudança, que se revestiria, ou não, da capacidade de sinalizar a superação da modernidade: o "fim da história".

A idéia do "fim da história" não é algo novo no mundo Ocidental. Ela sempre esteve presente no âmbito da modernidade, sob formas diversas. No Pós-Guerra, com o temor da guerra atômica, destruidora potencial do planeta. Mais recentemente, com a idéia renovada do "ocaso do Ocidente". O desemprego estrutural crescente no interior da Europa, o surgimento de camadas de "novos pobres", o aumento visível, e incomodatório, da desigualdade social, as perdas ocorridas na feroz corrida no mercado internacional e o estonteante crescimento econômico dos países asiáticos, com a recente recuperação norte-americana, pintam o cenário futuro, para os europeus, com cores sombrias, quando eles serão uma minoria insignificante na nova demografia e uma força descrente, embora importante, por quanto tempo não se sabe, na nova economia.

É mais ou menos generalizada, hoje, a idéia de que a globalização e a exclusão social são dois fenômenos que, em suas características recentes, constituem potenciais questionamentos à modernidade (Nascimento, 1994). E, particularmente, à modernidade ocidental ou européia. É menos consensual, contudo, que elas constituam sinais de sua extinção ou esgotamento. A questão, e a diferença, são apenas aparentemente simples, pois dependem de um conjunto complexo de múltiplas variáveis e atores. Depende, em grande parte, do que entendemos por globalização e exclusão social, mas sobretudo das tendências que, imaginamos, marcam as suas respectivas evoluções. Caminhamos para uma sociedade global ou para um mundo compartimentado em grandes blocos regionais, com novas e mais eficientes, embora flexíveis, fronteiras? Caminhamos para uma exclusão social radical ou este é um fenômeno passageiro e localizado, rapidamente superado por um novo momento do ciclo de inovação tecnológica à moda de Kondratieff? A sociedade global é uma tendência real ou uma pura quimera, uma simples fase superior do

processo de internacionalização da economia e da cultura? A exclusão social tende a se instalar e se expandir ou a ser controlada por novos mecanismos sociais e políticos? Todas são questões cujas respostas teóricas, por enquanto, são frágeis. Não apenas por se tratarem de tendências, mas sobretudo por conterem sinais ou potencialidades novas que nossas teorias não estão, aparentemente, preparadas para decifrar. O declínio da sociologia nos anos 70/80 não é fortuito. A idéia de sociedade está ameaçada pelos processos de globalização e exclusão, assim como o espaço privilegiado de nossas reflexões: o Estado-nação.

De toda forma, a concepção e a forma como imaginamos a evolução dos fenômenos da globalização e da exclusão e, sobretudo, os seus significados como sinais ou não do fim de uma era, a da modernidade, depende também de como entendemos esta. Pois, afinal, não existe consenso sobre o significado de nenhum destes três termos em questão: modernidade, globalização e exclusão.

Não tentarei aqui, como o desenrolar deste texto pode, erroneamente, sugerir, dirimir as dúvidas conceituais entre esses três termos. O objetivo é bem mais modesto, ou seja, refletir sobre uma questão que me parece pertinente a vários títulos: em que medida os processos de globalização e exclusão constituem ameaças à modernidade?

II. ANTECEDENTES IMEDIATOS DO DEBATE

A complexidade do problema pode ser antevisto quando nos perguntamos sobre o que significa o fim da modernidade. Supondo, evidentemente, que estamos em seu limiar.

Os termos e conceitos para indicar um possível esgotamento da modernidade, assim como a era que a sucederia, têm sido múltiplos e, em geral, imprecisos. Estão inscritos quase que no nascedouro da própria modernidade. Sua tradição mais recente, porém, tem raízes em famoso trabalho de Daniel Bell (1973), quando o autor introduz, nos anos 1960, o conceito de sociedade pós-industrial (1). As raízes, contudo, de sua tese, encontram-se em trabalho anterior, datado de 1955, contemporânea de outros estudos similares, nos Estados Unidos (2).

A proposição da sociedade pós-industrial está assentada em algumas constatações que o autor sinaliza e articula entre si. De forma resumida são elas: a proeminência do setor de serviços (61% nos Estados Unidos em 1969), com o correspondente crescimento dos trabalhadores de "colarinho branco"; a primazia do saber técnico e o planejamento do desenvolvimento tecnológico.

Bell desenha as principais diferenças entre as sociedades pré-industriais, industriais e pós-industriais da seguinte forma:

SOCIEDADE

	Pré-Industrial	Industrial	Pós-Industrial
Princípio de ação	energia material	energia transf.	informação
Agente	Camponês e artesão	capital finan. e engenheiro	saber técn. e cientista
Modo	extração	fabricação	transform. e reciclagem.

Assim, a sociedade pós-industrial é uma sociedade que, movida por informações e dirigida por técnico-cientistas, vence a penúria. Rompe com os parâmetros anteriores - criados no século XIX - que fundaram a sociedade moderna em sua configuração de meados do século como sociedade industrial, sociedade da escassez. Essas "constatações" são apenas aparentemente simples, pois suas implicações são imensas, não apenas do ponto de vista da economia, da estrutura social e do jogo da política - daí que será possível anunciar o "fim das ideologias" - como também da própria ciência social.

Se rigorosos, deveremos acordar que o trabalho de Bell situa-se, porém, na pré-história de nosso debate atual. Afinal, Bell não fala propriamente de fim, esgotamento ou superação da sociedade moderna, mas sim da

sociedade industrial. Ambos são termos que, embora se recubram, não são idênticos. Poder-se-ia mesmo sugerir que, se a sociedade industrial consolida a modernidade, o pós-industrialismo caminhará para o seu amadurecimento.

Na tradição sociológica, a modernidade foi definida de distintas maneiras, e desde os primórdios da sociologia no século passado. Marx (1959 e 1976) centra o dinamismo e a essência da sociedade moderna no sistema econômico capitalista. Mais ainda, estende a qualidade capitalista para todas as instituições da sociedade moderna. Assim, o Estado, o regime político, o sistema de partidos, a escola, a ideologia, a religião e todas as outras instituições sociais, políticas e culturais são qualificadas de capitalistas, com a base econômica guardando o seu papel decisivo: investimento - lucro - investimento - lucro - investimento, que cria o ciclo da reprodução ampliada. Já Durkheim (1984) prefere assentar o suporte da sociedade moderna no industrialismo, pois o seu dinamismo centra-se na complexa divisão social do trabalho, sobre a qual se ergue o modo de produção industrial. Por sua vez, Weber (1962) busca retratar a essencialidade da sociedade moderna no processo de secularização e racionalização: é o "desencantamento" do mundo e o desenvolvimento da "racionalidade instrumental" que terminam por imprimir a marca da modernidade.

O correspondente do trabalho de Bell, no mundo da cultura gaulesa, é, sem dúvida, o trabalho de Alain Touraine (1965), no qual este autor defende a ideia similar de superação da sociedade industrial e nascimento de uma nova sociedade, a sociedade da informação, definida como "regulada". Se os argumentos não são exatamente os mesmos de Bell, são próximos e os resultados similares. Um e outro acreditavam que a sociedade moderna estava em transformação para uma etapa superior. Ou seja, uma e outra são visões de uma hiper-modernidade e não propriamente de uma pós-modernidade.

Por sua vez, e na mesma linha de raciocínio, Adam Schaff (1990) enfatizou, com outros, como Gorz (1982), as mudanças tecnológicas dos anos 70, sugerindo que estaríamos caminhando para uma "sociedade da informação". Antes, Mac Luhan já havia proposto a ideia da "Aldeia Global", sugerindo que um mundo como um todo, na expressão de Robertson (1994), estaria em gestação.

Os antecedentes imediatos do debate atual sobre o fim da modernidade são marcados pelo idealismo da passagem ou transição leve e natural, quase que automática, de uma sociedade secularizada e controlada pela racionalidade instrumental, mas sufocante, e de bens escassos - porque não respeitadora das diferenças e singularidades e não resolutiva do problema da pobreza e da desigualdade -, para uma sociedade que, conservando alguns dos elementos anteriores, porém de forma mais moderada, seria possível a emergência do novo. A sociedade pós-industrial permitiria superar a escassez, ampliar a sua própria transparência e fazer emergir os sinais da subjetividade e da diferença. Dito de outra forma, esse "pré-debate" demarcava, sobretudo, elementos revestidos, aparentemente, de positividade no interior da própria modernidade: o desenvolvimento de um novo padrão técnico-produtivo, de um novo sistema de comunicação e de consumo, que permitiriam, em seu conjunto, limitar a onipresença da racionalidade instrumental e incentivar os desejos e diferenças dos indivíduos e dos grupos sociais.

A passagem da ideia da revolução para a da democracia, nos anos 70/80 (Weffort, 1984), por exemplo, era lida como um exemplo desta "evolução" da modernidade: um sinal do respeito à diferença, às expressões das minorias, à construção da ordem social a partir das expressões particulares de seu conjunto. Uma vitória, enfim, da tolerância contra a intolerância que se encontrava inscrita na modernidade política radical desde os tempos dos jacobinos, subjacente à ideia de revolução, mesmo e sobretudo no campo do socialismo, esse irmão gêmeo do liberalismo.

III. PÓS-MODERNIDADE OU CRISE DA MODERNIDADE?

Quem de fato introduziu o debate recente, nas suas configurações próprias, de pós-modernidade foi, no meu ponto de vista, Lyotard (1986), sugerindo o fim da modernidade e o surgimento de uma pós-modernidade. Agora, não como o sinal de uma evolução, mas de ruptura. Com Lyotard a questão não é mais a passagem de uma unidade a outra, de um tipo de sociedade a outra, mas a quebra da unidade. Sob o termo de pós-modernidade, embora Lyotard tenha desenvolvido suas considerações sobretudo no espaço próprio da filosofia e, mais precisamente, da epistemologia, observa-se o surgimento da fragmentação, do não diálogo, da ausência de valores comuns de referência, pois a sociedade se fecha numa multiplicidade de discursos que não tem mais a pretensão da unidade, da totalidade, mas fala apenas da/para a parte, o fragmento. Não há diálogos, mas monólogos. Uma infinidade. Daí o fim

dos grandes relatos, pois agora não há mais uma história, mas histórias. E esta, sobretudo, não tem mais um fim, um objetivo. A História perde o seu caráter finalístico, a idéia de evolução ou de progresso torna-se um *non sense*.

O trabalho de Lyotard antecede e prepara a visão amarga da pós-modernidade como um caminho sem saída. É uma faceta diferenciada, e contundente, do discurso da derrota do esquerdismo revolucionário de 1968, das guerrilhas na América Latina, na África e na Ásia, do terceiro-mundismo na Europa...enfim, o discurso que abre o "fim da era das utopias", que a queda do Muro de Berlim, o fim da União Soviética, a abertura econômica da China, o fracasso dos Partidos Comunistas na Europa, a crise do sindicalismo (anunciando o fim do ator central da renovação na sociedade industrial) e o ressurgimento dos fundamentalismos religiosos e laicos um pouco em toda parte do Mundo, não fizeram mais que confirmar. Com Lyotard, ressurge, sob novas formas, o nihilismo europeu.

Mas o discurso amargo da pós-modernidade é preparado por outros discursos e por outros eventos, além dos anteriormente anunciados: a consciência do risco mundial contido no interior da guerra surda entre as grandes potências nos anos 60/70, a percepção da finitude dos recursos naturais e de sua degradação crescente e aparentemente irrecuperável pelas formas industriais de produção nos anos 70, e os efeitos perversos, aumentando as desigualdades, do novo padrão técnico-econômico que emerge nos finais dos anos 70. Dois fatores são recorrentes na literatura especializada: o fim da dominação européia e o desenvolvimento da mídia. O primeiro sinaliza o fracasso da "helenização" que os europeus iniciaram no século XV, e, o segundo, a possibilidade de que as diferenças e especificidades culturais se projetem e se afirmem. A mundialização da mídia sem dúvida trouxe consigo a possibilidade de signos comuns, de linguagens partilhadas, de vivências se generalizarem e, portanto, o risco da homogeneização cultural. Ledo engano daqueles que observaram o movimento da mundialização das comunicações em um só sentido, pois ele permite que as diferenças culturais sejam registradas e valorizadas. Não há, neste conjunto de fenômenos sociais novos ou renovados, leitura de um só sentido. Cada um deles tem significados distintos e nem sempre evidentes.

Por isso mesmo, o que caracteriza os anos 80/90, intitulados de pós-modernidade, é, sobretudo, a dissolução ou o questionamento da racionalidade instrumental e o fechamento das comunidades sobre as suas próprias diferenças. Ela dissocia o que estava antes associado: progresso e cultura. Afinal, a afirmação da pós-modernidade em sua expressão mais forte, como dito anteriormente, é o *non-sense* a perda de sentido, a perda de finalismo na história e, assim, da noção de evolução: a partir de agora o mundo não caminha para um determinado ponto, nem o progresso é sinônimo de bem estar ou de felicidade. O que permite alguém afirmar que a história terminou.

É claro que esta expressão mais rude da pós-modernidade configura-se mais propriamente como um pós-historicismo do que qualquer outra coisa. Neste sentido, ela acompanha a crítica iniciada nos anos 60 por, entre outros, Althusser (...).

Com o surgimento dos fenômenos denominados de pós-modernidade, em sua expressão mais forte, ocorre uma espécie de fechamento sobre um presente eterno: uma perda de capacidade de representar o futuro. É por isso que perpassa um sentimento de desideologização da sociedade, que a discussão sobre a natureza e a pertinência da velha divisão política entre esquerda e direita torna-se atual (Bobbio, 1995); que por isso é tão difícil propor um projeto alternativo ao neoliberalismo, possibilitando ultrapassar "la pensée unique"; por isso não é mais possível, enfim, construir uma utopia. É por isso que o pensamento socialista fica sem saída, sem força, sem vigor. Como pensar a mudança sem rumo? Como pensar a ação sem sentido? Se os valores não são mais universais, cada qual deve se ocupar de seu espaço, cada qual deve cuidar de seu presente, pois todos são igualmente legítimos. Não há hierarquias entre valores: a liberdade de expressão e o corte do clítores em ritos de iniciação são identicamente válidos e legítimos. Não há absurdos, nem há lugar para a indignação.

Os anos 70 denotaram um movimento de esgotamento da modernidade que se exprimeia, entre outros, pelo esgotamento do movimento de libertação das tradições; pela perda de sentido de uma cultura que se sentia aprisionada pela técnica e pela ação instrumental e, particularmente, pelo questionamento dos objetivos da modernidade. Mas como afirmá-la, com a "descoberta", a denúncia e a condenação dos genocídios dos índios, dos negros e dos judeus? Como defendê-la, se a violência, a repressão e a mortandade são a sua sina?

O terreno do discurso da pós-modernidade já estava preparado, na realidade, há muito tempo. É um terreno sempre presente, pois intrínseco à própria forma de ser moderno. Afinal, a idéia da modernidade foi hegemônica apenas no período de construção da sociedade industrial, entre os séculos XVIII e XIX, como sugere

Touraine (1994). Proposição que em parte concorda Anderson (1986) discutindo o famoso trabalho de Berman (1986). A conclusão de Anderson, que distingue modernização, modernismo e modernidade, é que o objeto da revolução, no pensamento de Marx, é o extermínio da modernidade.

Na medida em que a modernidade progride e se afirma, ocorre a emergência de atores sociais e culturais que se destacam cada vez mais da fé na modernidade como definição do bem. E os intelectuais foram os primeiros a rejeitá-la, a começar por Marx, Nietzsche e Freud. O primeiro preocupando-se em denunciar como as contradições próprias da base econômica da modernidade é irracional e ilógica, aumentando a desigualdade social em meio ao crescimento da abundância, e, assim, comprometendo o seu futuro; o segundo mostrando como a racionalidade é limitada e frágil para conter e dirigir os processos de inovação social e, finalmente, o terceiro mostrando como o espaço mais íntimo do indivíduo, o desejo, está simultaneamente aquém e além da racionalidade instrumental.

O esgotamento da modernidade estava quase que inscrito em seus primórdios. Taylor (1994), discutindo o mal-estar da modernidade, chama atenção para a longa discussão em torno da "dessacralização": até que ponto ela foi benéfica para o homem? Até que ponto ela não significou a perda de algo essencial? Em fins de conta, o individualismo exacerbado das sociedades mais desenvolvidas conduziu os indivíduos a "fechar-se sobre si mesmo".

Para Dupuy (1992), houve uma invasão da lógica econômica nos espaços que necessariamente não lhe concernem. A sociedade, nenhuma sociedade, é regida apenas pela lógica da economia. O centro encontra-se, sempre, "ailleurs".

A sociedade tradicional é religiosa e, por isso, admite o sacrifício como forma de contenção, como forma de estabelecimento e manutenção da ordem, da imutabilidade, da repetição. Esta era a forma como as sociedades tradicionais asseguravam a sua reprodução. A sociedade moderna, na medida em que dirimiu a religião, tem necessidade de forjar um mecanismo substituto, e este é a justiça social, que tem a função de conter as forças da concorrência liberadas pelo mercado, e que ameaçam destruir a sociedade. Desta forma, há uma espécie de retorno à religião, agora uma religião imanente, centrada nos princípios da solidariedade e da civilidade modernos.

Balandier (1992), enfrenta a questão do esgotamento da modernidade relacionando-a às categorias de tempo e poder. Na sociedade moderna o tempo presente é sempre concebido como movimento, enquanto o tempo pretérito é visto como imóvel, porém, simultaneamente, a ordem é relacionada à imutabilidade, enquanto o caos é concebido como movimento, ausência de fixação e, portanto, de determinação.

A sociedade moderna cria uma configuração do tempo que era inexistente noutras sociedades. Por isso mesmo, a instituição política é pensada como uma máquina que trata do tempo dos homens, assimilando sua curta duração à longa duração do tempo do mundo. Mas, ainda, a modernidade interioriza o corte entre o tempo passado e o tempo futuro, relativamente desconhecido nas sociedades pretéritas. A modernidade cria um embasamento das temporalidades, multiplica-as. Institui a progressão de um tempo de rupturas - "descontinuidades", diria Giddens (1991). Mas o tempo da modernidade é um tempo finito, tempo que se acaba: fim de um império, de uma civilização, de uma ideologia dominante, de uma hegemonia. Eterno em sua instantaneidade, diria Baudelaire.

Mas a modernidade redefine também a noção de espaço, instituindo basicamente três espaços centrais: o espaço que religa o homem à natureza; o espaço em que se constroem as tentativas de re-personalização do vínculo social; e, finalmente, aquele em que se desdobram as tentativas de re-instituição do sentido.

Mas quando a modernidade se rompe? Segundo Touraine (1994), quando novos atores emergem, e outros se renovam, gradativamente, no Após-Guerra, separando-se do universo da racionalidade instrumental: são eles, Eros, Consumidores, Empresas e Nações. O sentimento de crise ou esgotamento da modernidade é palpável no mundo ocidental desde a derrota de 1968. Torna-se ilógico explicar os fatos sociais pelo lugar que os indivíduos ocupam em uma história que não tem mais sentido, em uma estrutura que se desfaz a olhos vistos. A perda de centralidade do conflito capital - trabalho, com a restrição clara do mundo do trabalho, coloca um problema fundamental para as ciências sociais: como pensar uma totalidade fragmentada, sem centralidade. Como pensar o conflito entre atores que não se comunicam? Na radicalização deste discurso Baudrillard (1982) irá chamar a atenção para o fim do social, Lipovetsky (1983) para o vazio que resta no espaço público, Birbaum (1975) para o fim da política e Mafessoli (1991)

para os limites da solidariedade orgânica, com o surgimento das "tribos" urbanas. Os atores se destacam do sistema, se descolam da história.

Nessa nova configuração social, se assim pode-se denominá-la, a produção não tem mais a racionalidade do consumo de massa, mas a perseguição (senão a manipulação) do desejo do consumidor, visto agora não apenas como o ser simples-simplista, racional e lógico da economia, mas impregnado de desejos narcísicos; por isso mesmo, a empresa não é mais a base da economia e sua funcionalidade é sobretudo estratégica - produzir o desejo do consumidor, antecipá-lo, como viabilidade de concorrência e sobrevivência. Não reside aqui a contemporaneidade de Foucault (1975), sugerindo que o poder se desloca da capacidade de apropriação dos bens produzidos por outrem para o controle e disciplinamento de seu corpo? E não tem aqui respaldo a radicalização de Deleuze e Guatarri (1972) sugerindo que o verdadeiro poder encontra-se na produção, e controle, do desejo do outro?

Se o ator separou-se do sistema, o Estado-nação abandonou o seu projeto mais essencial: a modernização. Agora ela é chamada, sobretudo, a se ocupar das especificidades culturais de seus membros. Ela é o agente do fundamentalismo, em grande parte do mundo, ou simplesmente faliu - incapaz de estabelecer uma normatização comum, em garantir os procedimentos de legitimação (Lukmann, 1980). O Estado, em diversas partes do mundo, particularmente na África, desaparece (Rufin, 1991) ou, na expressão de Salama (1991), torna-se poroso, particularmente na América Latina. De forma menos radical, mas não menos fértil de consequências, torna-se incapaz de assegurar os limites toleráveis da desigualdade, na Europa. A invenção mais brilhante neste campo, o Estado do Bem-Estar, se desfaz (Rossavallon, 1981).

O processo de mundialização, termo preferível pela sua relativa neutralidade, encontra-se por trás dessa crise do Estado-nação: de um lado, suas funções econômicas diminuem, atraídas e subtraídas pelos processos e atores internacionalizados, consequência da financeirização das riquezas e deslocamento do processo produtivo, cada vez menos nacional; e, de outro lado, suas funções sociais perdem eficiência e eficácia. Como a produção internacionaliza-se, a regulação não pode ser mais nacional e a desigualdade aumenta, seu combate se desloca duplamente, para fora (ONGs e cia) e para baixo (entidades locais), do Estado-nação, fazendo com que este abdique de sua função maior: controlar/limitar a desigualdade social. Nem as entidades privadas, nem as públicas não-estatais, podem, por si sós, reverter a tendência da iniquidade social. O poder local, por sua vez, tem aqui os seus maiores limites (Soares, 1996).

Creio estar suficientemente demonstrando que no conjunto do debate e de suas diversas posições, duas respostas à crise da modernidade se desenham em nosso horizonte cultural ocidental: de um lado, os pós-modernos afirmam que a decomposição da modernidade é irreversível e, de outro, diversos autores (Habermas, Touraine, Taylor e Giddens, entre outros) afirmam que a modernidade pode ser redefendida e ampliada. E este, parece-me, é o cerne da questão hodierna.

IV. GLOBALIZAÇÃO E EXCLUSÃO: AMEAÇAS À MODERNIDADE ?

Na encruzilhada desse debate situam-se dois fenômenos que são recorrentemente citados como expressões do fim da modernidade: a globalização e a exclusão social (Nascimento, 1994b). Defendo a tese de que o primeiro fenômeno não constitui propriamente uma ameaça direta à modernidade em sua totalidade, pelo menos nos termos que o compreendo. A globalização, ou melhor, a mundialização, introduz modificações no interior da modernidade mas não contribui, pelo menos diretamente, para a sua negação. Justo o inverso ocorre com o segundo fenômeno: a exclusão.

Como diz Giddens, com razão: a modernidade é inerentemente globalizante (1991:69). A sociedade moderna nasce com a primeira expansão européia; é conhecido como o comércio triangular foi essencial para o processo de acumulação primitiva, como as viagens transoceânicas foram fundamentais para o desenvolvimento da ciência e como a descoberta de novos continentes contribuíram decisivamente para a mudança da mentalidade européia. A segunda expansão européia consolida este processo, possibilitando à industrialização novos horizontes, dando surgimento ao imperialismo e, no século seguinte, criando as condições para o processo de descolonização: o domínio de outras nações passa a ser exercido por intermédio do capital financeiro. Deste ponto de vista, a globalização, ou mundialização, não é um fenômeno novo, é inerente ao sistema capitalista, que por sua natureza não respeita nem espaços nem crenças.

Roland Robertson (1994), entre outros, tem-se esforçado para demonstrar as raízes e as fases deste processo desde os séculos XV/XVIII (fase embrionária), passando pelos séculos XVIII/XIX (fase incipiente), até a fase da incerteza, que teve início em 1960, sem citar a fase de decolagem (1870/1920) e a de luta pela hegemonia (1920 até 1960).

Aqueles que defendem a tese de que o atual momento de mundialização é um fenômeno radicalmente novo (globalização), tentam comprovar a existência, entre outras, de características inteiramente novas no sistema econômico e na dimensão cultural. Interpretam as mudanças que ocorrem como sendo de natureza substantiva, pois é disso que trata a discussão em torno da existência ou não de um processo efetivo de globalização, particularmente da economia. Os defensores da globalização/pós-modernidade chamam atenção, em particular, para a financeirização das riquezas e a mundialização do processo produtivo como diferenças em relação à internacionalização anterior. Indubitavelmente este se concentrou anteriormente na circulação, e a mundialização da produção é uma novidade, porém, ainda restrita, enquanto a financeirização da economia, por sua vez, tem origem ainda nos finais do século passado, embora tenha assumido dimensões novas recentemente. Novos traços na internacionalização do capital são inegáveis, o problema é a sua avaliação.

A internacionalização da economia é um processo desigual, como o próprio desenvolvimento capitalista. Os mercados financeiros, assim como o das drogas, são indubitavelmente globalizados. As grandes empresas têm componentes transnacionais, as comunicações permitem negociações rápidas e relativamente eficientes em todo o mundo. Porém, se as estratégias empresariais, em número crescente, têm como cenário um mercado mundializado, muitas já o tinham nos inícios deste século. De forma idêntica, a desterritorialização econômica se acelera, ganha novo dinamismo e sobretudo uma enorme velocidade. Mas ela já estava inscrita nos primórdios do capitalismo: a energia elétrica condenou regiões inteiras, produtoras de carvão, à decadência econômica; o fio sintético relegou à miséria as regiões menos competitivas produtoras de algodão, o mesmo tendo ocorrido em inúmeras outras situações, tanto no setor primário (açúcar, fumo, borracha, para citar aqueles que nos concernem mais diretamente), quanto no secundário (confecções e siderurgia, por exemplo).

Se há sinais da conformação do mundo como um todo, os entraves não são menores. Apenas nos discursos ideológicos as fronteiras não existem mais, assim como os mecanismos de proteção de mercado. Nos mercados reais elas permanecem como barreiras inovadas, transfiguradas, mas relativamente eficientes. Qual a razão do discurso contra o "dupping" social, senão o de obstacularizar, sobretudo na Europa, a chegada de mercadorias provenientes dos países asiáticos? Não há por detrás da criação do "selo verde" intenções de proteger os produtos de origem europeia, contra aqueles provenientes do "Terceiro Mundo"? Isso para não citar os mecanismos mais tradicionais de subsídios distorcidos e proteções mercantis.

Evidentemente que o processo de internacionalização recente, que é multidimensional, implica em novidades no plano econômico, cultural, político e social. Contudo, ele é intrínseco à sociedade moderna em sua base capitalista. Afinal, este sistema econômico é inerentemente internacional. Um dos paradoxos da modernidade é justamente que ela viabiliza um sistema econômico vocacionado à universalidade por intermédio de um agente absolutamente restrito: o Estado-nação. A resolução do problema foi a universalização do Estado-nação (Badie, 1992) como agente modernizador.

Na dimensão cultural há também dúvidas sobre o processo de globalização. Se para alguns autores a cultura global já é uma realidade, para outros é uma discussão. Para Featherstone "as variedades de respostas ao processo de globalização sugerem com toda clareza que existe pouca perspectiva de uma cultura global unificada" (1994:17), para Harmerz "existe atualmente uma cultura global" (1994:251), artificial, eclética e cosmopolita. De todo modo, é um problema, pois a cultura global define-se diferentemente do que conhecíamos até então como cultura, pois agora "não ocorre nenhuma homogeneização" (idem), não existe "um sentido de continuidade entre as experiências das gerações sucessivas", nem "memórias compartilhadas" e nem "um senso de destino comum" (Smith, 1994:192).

Releva-se, sobretudo, no campo cultural, a convivência crescente de símbolos e significados distintos, sem que as culturas nacionais percam em vigor. Ao contrário, a reação das identidades ameaçadas tem alimentado um renascimento do fundamentalismo, laico e religioso, um pouco em toda parte do mundo. Sem considerar que o deslocamento e destruição das tradições, que na Europa foi vigoroso, teve um outro ritmo e forma no Oriente e no Sul.

A globalização, mesmo entendida de forma sutil como "a concretização do mundo inteiro como um único lugar", coloca problemas. Pois, afinal, não existe uma percepção única do mundo. A rigor, dever-se-ia falar de globalizações. Ela é uma para o Europeu, cuja cultura já é profundamente cosmopolita, e tem desempenhado o papel de centro de referência do mundo cultural da modernidade; ela é outra para o norte-americano, elevado a máxima e única potência mundial, mas numa sociedade cujo cancro emerge com visibilidade na formação das redes de comunicação mundial; ela é ainda distinta para o africano, condenado a viver em espaços em que o Estado desapareceu ou tende a desaparecer; e ainda outra para o asiático, cuja integração mundial é absolutamente recente, e a maior novidade do final do século. Para não falarmos dos latino-americanos ou dos australianos, os primeiros situados numa intrincada encruzilhada e os segundos, reproduzindo o "sucesso ocidental" no Oriente.

O que mais incomoda nesse fenómeno é que as teorias sociológicas, forjadas no interior das sociedades nacionais, para pensar e explicar processos de modernização e diferenciação social, são insuficientes para explicar em que consiste a novidade advinda do aceleração do processo de mundialização, inscrito este nas origens e na natureza da modernidade: a teoria do mundo-como-um-todo. Mesmo o mais avançado teórico deste processo, ousado como lhe é habitual, Wallerstein (1987), com sua teoria do sistema-mundo, não tem obtido grande sucesso em explicar a natureza específica desta nova fase da sociedade moderna.

Por detrás dessa discussão - a afirmação ou não da continuidade da sociedade moderna - não se trata tanto de discutir se o capitalismo atual guarda as conotações presentes nos estudos clássicos de Weber. Sobre isso existe uma certa unanimidade: o ascetismo protestante ou a "ascese-no-mundo" é coisa do passado, tese aliás nunca confirmada e muito menos aceita pela maioria dos sociólogos. Trata-se de saber se a globalização extingue a modernidade ou lhe atribui novas facetas. Uma discussão que, sem dúvida, tomará ainda algum tempo.

Concordância maior parece residir no outro fenómeno anteriormente citado: a exclusão social.

Exclusão é um destes conceitos que a moda, e o abuso decorrente, acabam por decepar o seu vigor. Polissêmico, termina por não servir a quase nada. Comportamento, aliás, presente à sociologia desde o seu nascedouro. Assim se passou com o conceito de classes sociais, de etnia e, para exagerar, com o conceito de raça.

O campo teórico da exclusão social é múltiplo. Tanto pode ser definido como o campo de estudo das desigualdades sociais, quanto do estigma ou mesmo da sociologia do desvio. Xiberras (1992) demarcou um pouco este campo percorrendo a sociologia clássica até a contemporânea, acentuando como a exclusão social representa sempre uma ruptura de vínculos, sejam eles familiar, comunitário ou social, quando não individual. Por sua vez, Bouget (1992) identificou no espaço europeu, e empiricamente, as diversas formas de configuração da exclusão por intermédio de seu Laboratório, chamando atenção para o fato de como a exclusão compreende uma rica variedade de situações. Outros autores, como Touraine (1991) ou Castel (1991) sinalizaram as formas diversas que a exclusão tem assumido na contemporaneidade. Para o primeiro autor, a exclusão é o sinal do deslocamento do conflito social capital x trabalho que emerge na sociedade pós-industrial. Nesta, o conflito primordial é o entrelaçamento entre atores *in* e atores *out* os de dentro e os de fora. Rigorosamente, na verdade, é a negação do conflito, pois não havendo mais uma linguagem comum, não há disputa. O autor de *Les métamorphoses de la question sociale* (1995), por sua vez, enquadra a exclusão na matriz que articula a inserção social e a integração ao trabalho, distinguindo quatro situações clássicas: a) a situação de integração social, em que os indivíduos estão inseridos tanto socialmente quanto no mundo do trabalho; b) a situação de assistência, em que os indivíduos, guardando a inserção social, se desintegram do mundo do trabalho, sendo objeto da ação filantrópica; c) a situação de vulnerabilidade, em que os indivíduos, conservando seus vínculos com o mundo do trabalho, perdem, porém, sua inserção social; d) e, finalmente, a situação de exclusão ou de destituição em que os indivíduos estão simultaneamente desinseridos socialmente e desintegrados do mundo do trabalho. É evidente que a vulnerabilidade ocorre tanto na situação b) como c), sendo esta última mais propícia à exclusão. Com isso, Castel coloca a temática da exclusão no interior de uma trajetória social, na qual os indivíduos se encontram mais ou menos vulneráveis.

No Brasil, Jaguaribe (1986 e 1989), desde meados da década passada, chamou atenção para o fato de que a crise econômica, agudizada, prolongada e realizando-se sobre uma estrutura social extremamente heterogênea, tenderia normalmente a criar situações crescentes de exclusão. Buarque (1991 e 1993), acompanhando as observações e constatações de seu predecessor, radicaliza as conclusões anunciando a possibilidade de estarmos caminhando para uma situação de "apartação", forma extremada de exclusão em que o "outro" torna-se um "dessemelhante" (Nascimento, 1993).

Dessa rápida e sucinta visão do debate sobre a questão social, a que faltam autores fundamentais como Rossavalon (1995), Donzelot (1991), Fracassi et alii (1985) e Paugam (1991), apenas para citar os franceses, releva uma observação fundamental: a exclusão é multidimensional. Suas múltiplas facetas podem ser resumidas da seguinte forma.

A dimensão mais central nos estudos em torno da exclusão é ainda a econômica, e, mais precisamente, a do mercado de trabalho. A maioria dos estudos relaciona sempre as situações de exclusão com o crescimento do desemprego e, por consequência, com o aumento da desigualdade social. São as metamorfoses no mundo do trabalho, os impactos recentes das inovações tecnológicas, a desterritorialização provocada pelos movimentos de internacionalização da economia e o surgimento do desemprego estrutural e de longa duração, sobretudo na Europa e na América Latina, os responsáveis primeiros e primordiais das situações de exclusão. O excluído é, em primeiro lugar, alguém que está fora ou foi posto fora do mercado de trabalho, com poucas chances de retornar. Claro que as distinções entre a Europa e a América Latina são óbvias: no primeiro caso, trata-se de uma exclusão clássica, pois há uma efetiva expulsão do mercado de trabalho de quem nela estava integrado, pela volumosa destruição de postos de trabalho; no caso da América Latina, há uma mudança de rumo da sociedade, pois esta perde a particularidade de integração, ganhando uma rigidez estrutural. No Brasil, mas também em grande parte da América Latina, a mobilidade social diminuiu de ritmo ou simplesmente desapareceu. As possibilidades de se inserir bem no mercado de trabalho diminuíram. As chances de deixar de ser pobre reduziram-se, aumentando a transgressão à lei.

Apesar das distinções existentes entre um espaço e outro, há de comum, entre a Europa e a América Latina, mas em grande parte do mundo, uma visível e amarga precarização do trabalho: os empregos estáveis dão lugar ao trabalho temporário, o tempo integral cede ao tempo parcial, com perda significativa de salário e de nível de vida.

A dimensão política é menos evidente em grandes manchas do planeta, pois o movimento de ampliação da cidadania, e, com ela, dos regimes democráticos, tem tido grande repercussão nos anos 70/80. De toda forma, é uma dimensão essencial no processo de exclusão, pois a ausência de direitos coloca os indivíduos em situação de precariedade e, sobretudo, de dificuldade em mudar sua situação econômica. E, sobretudo, as formas mais extremadas colocam-se nesta esfera, conforme os estudos de Hanna Arendt (1989): os indivíduos não apenas despidos de direito mas "sem ter direito a ter direito", forma suprema de exclusão em que o indivíduo só ganha existência na transgressão à lei.

Finalmente, dever-se-ia acrescentar as formas culturais e sociais de exclusão em que se torna evidente que esta não se confunde com a pobreza, nem com a desigualdade social. Todo historiador conhece as situações de exclusão social e cultural em que viveram comunidades que não estavam propriamente despidas de bens: mulheres, judeus, negros, para citar apenas três dos exemplos mais clássicos na história pré-moderna, mas que adentrou a modernidade, persistindo em grande parte dos países (Geremek, 1987).

Nas suas formas mais extremas, contudo, a exclusão é incompatível com a modernidade. Rigorosamente, esta não existe sem o espaço convencional, como lembrava Tocqueville, da igualdade. Pelo menos em sua forma ocidental, sociedade moderna e espaço público, como o espaço de direitos iguais, são irmãos gêmeos, estando ligados organicamente, e mesmo em sua forma oriental, com o desenvolvimento econômico as formas autoritárias de poder político tendem a se desfazer. Evidentemente que, modernidade e igualdade, são distintos, como o sistema capitalista é distinto do regime democrático, estando um e outro em esferas sociais diferenciadas, submetidas a lógicas que não são necessariamente similares. Porém, não se pode negar, são, simultaneamente, complementares. A exacerbação da exclusão não poderá ter outro resultado que a destruição deste espaço da igualdade e, em consequência, a redefinição da democracia como forma de resolução de conflitos em uma sociedade de plurais. Em última instância, o esgotamento da modernidade.

V. CONCLUSÃO

A mundialização, com sua ideologia neoliberal, tem apenas acentuado as escalas da desigualdade, pois esta não pode ser retida pelo mercado, muito pelo contrário. O mercado ou os mercados são criadores naturais da desigualdade. E a tensão, como demonstramos em outro texto (Nascimento, 1994), entre os espaços da desigualdade e

da igualdade, era resolvida pelo Estado, como espaço da gestão dos interesses comuns ou da introdução da racionalidade no espaço irracional da economia capitalista. Com a diminuição do papel do Estado, como observado anteriormente, a lógica do mercado não apenas torna-se hegemônica como também invade espaços sociais que antes não lhe eram afetas. O contrato social, que cria a modernidade, tende a se desfazer, pois como bem assinalou Rousseau (1979) em seu segundo discurso, ele se estabelece para realizar o enfrentamento do problema da desigualdade. Não é a força, a lei do mais forte, que imperaria no estado natural que dá substrato ao contrato social, mas a necessidade de superar ou simplesmente controlar a desigualdade social. Sem limites à desigualdade social simplesmente não existe sociedade, não existe princípio de solidariedade.

Enquanto a modernidade ganha novas qualificações e novas dimensões, com a crescente mundialização da economia, agudizando tendências que se encontravam em seu interior, desde os seus primórdios, a exclusão constitui uma ameaça real e direta à modernidade, destruindo um de seus espaços essenciais, o da igualdade. Na superação das tendências de exclusão reside, portanto, a possibilidade da redefinição da modernidade, o que demanda, paradoxalmente, uma maior efetivação do Estado-nação. Sem ética nacional e sem Estado de direito, intervindo nos processos econômicos, a modernidade tende a desaparecer. E aí é que se revela a influência indireta do processo de mundialização sobre o esgotamento da modernidade, pois ele retira poderes do Estado, esgarça-o simultaneamente para fora (internacionalização da produção) e para baixo (controle do crescimento da desigualdade).

NOTAS

(1) Na realidade Bell tem alguns antecessores ou contemporâneos em suas análises a respeito da sociedade pós-industrial, entre eles, Hermam Kanh e Anthony Wiener. Ambos falavam de uma sociedade "pós-econômica", tomando em consideração que o crescimento da produção superaria o problema da escassez, marca indelével de todo o raciocínio clássico da economia moderna desde os séculos XVIII/XIX..

(2) The end of ideology. London, 1960, embora o capítulo central tenha sido escrito em 1955 a respeito do declínio do capitalismo familiar.

BIBLIOGRAFIA

- Althusser, Louis - Pour Marx. Paris.
- Anderson, Pierre - Perry Anderson - Modernidade e Revolução In Novos Estudos Cebrap, 14, fevereiro de 1986, pp. 2-15.
- Arendt, Hannah - Origens do Totalitarismo. São Paulo, Cia das Letras, 1989.
- Badie, Bertrand - L'Etat importé, l'Occidentalisation de l'ordre politique. Paris, Fayard, 1992.
- Balandier, Georges - 1992. Le détournement, Pouvoir et modernité. Paris, Fayard.
- Bell, Daniel - Vers la société post-industrielle. Paris, R. Laffont, 1973.
- Berman, Marshall - Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo, Cia das Letras, 1986.
- Bobbio, Nibert - Dirigida e esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo, UNESP, 1995.
- Baudrillard, Jean - À l'ombre des majorités silencieuses ou la fin du social. Paris, Médiations Denoël-Gonthier, 1982.
- Birbaum, Pierre - La fin du politique. Seuil, 1975.
- Bouget, Denis - Observatoire européen des politiques de lutte contre les exclusions sociales. Nantes, Centre d'Economie des Besoins Sociaux, 1992.
- Buarque, Cristovam - O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- _____ - O que é apatiação. São Paulo, Brasiliense, 1993 (Coleção Primeiros Passos).
- Castel, Robert - De l'indigence à l'exclusion, la désaffiliation. Precaire du travail et vulnérabilité relationnelle, p. 137-168.
- Donzelot et Roman - Face à l'exclusion: le modèle français. Paris, Esprit, 1991.
- _____ - Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat. Paris, Fayard, 1995.
- Deleuze, Gilles e Guattari, François - L'anti-Œdipe. Paris, Minuit, 1972.
- Donzelot, Jacques. - Le social du troisième type, p. 15-39. Donzelot et Roman - Face à l'exclusion: le modèle français, op.cit.
- Dupuy, J-P. - 1992. Le sacrifice et l'envie. Paris, Fondation Saint-Simon / Calmann.
- Durkheim, Emile - A divisão do trabalho social. 2 volumes. Lisboa, Presença, 1984.
- Fracassi, A.; Marques, M.F.; Walter, J. (Dir.) - La pauvreté: un approche au pluriel. Paris, ESF, 1985.
- Featherstone, Mike - Cultura global: introdução, p. 7-22. Featherstone, M. - Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis, Vozes, 1994.
- Foucault, Michel - Surveiller et punir: naissance de la prison. Paris, Gallimard, 1975.
- Gorz, André - Adus ao proletariado: para além do socialismo. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
- Geremek, B. - La potence ou la pitié, l'Europe et les pauvres du Moyen Âge à nos jours. Paris, Gallimard, 1987.
- Giddens, Anthony - 1991. As consequências da modernidade. São Paulo, UNESP.

- Hannerz, Ulf - Cosmopolistas e locais na cultura global. Featherstone, M. - Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis, Vozes, 1994.
- Jaguaripe, Hélio et alii. - Brasil, 2.000. Para um novo pacto social. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- Jaguaripe, Hélio - Brasil: reforma ou caos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- Kurz, Robert - O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo à crise da economia mundial. São Paulo, Paz e Terra, 1993.
- Lyotard, Jean-François - O pós-moderno. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986. (Original - Paris, Editions de Minuit, 1979)
- Lipovetsky, Gilles - L'ère du vide: essais sur l'individualisme contemporain. Paris, Gallimard, 1983.
- Luhmann, Niklas - Legitimação pelo procedimento. Brasília, Editora da UnB, 1980.
- Maffesoli, Michel - Le temps des tribus. Paris, Livre de Poche, 1991 (réédition).
- Marx, Karl - Manifeste du Parti Communiste. Paris, Sociales, 1976.
- _____ - Le Capital. Paris, Editions Sociales, 1959.
- Nascimento, Elimar P. - A exclusão social na França e no Brasil: situações (aparentemente) invertidas, resultados (quase) similares? Diniz, Eli; Leite Lopes, José Sérgio e Prandi, Reginaldo - O Brasil no Rastro da Crise. São Paulo, ANPOCS/IPEA/Hucitec, 1994.
- _____ - Exclusão social: ameaça à modernidade? Trabalho apresentado no III Congresso Luso-africano brasileiro de Ciências Sociais. Lisboa, julho de 1994.
- _____ - Projetos Nacionais e Exclusão social. Planejamento e Políticas Públicas, 10, dezembro de 1993, p. 91-116.
- Robertson, Roland - Mapeamento da condição global: globalização como conceito global, p.23-40. Featherstone, M. - Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis, Vozes, 1994.
- Rosanvalon, Pierre - L'Etat Providence en crise. Paris, Seuil, 1981.
- _____ - La nouvelle question sociale: repenser l'Etat-providence. Paris, Seuil, 1995.
- Rousseau, Jean-Jacques - De l'inégalité parmi les hommes. Paris, Editions Sociales, 1979.
- Rufin, Jean Cr. - L'Empire et les nouveaux barbares. Paris, Lattes, 1991.
- Salama, Pierre - A retirada do Estado na América Latina. Sociedade e Estado, (VI) 2, Brasília, jun-dez., 1991.
- Schaff, Adam - A sociedade informática. São Paulo, Unesp/Brasiliense, 1990.
- Soares, José Arlindo - Mudanças e impasses da gestão das grandes cidades no Brasil, 1986-1996. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, 1996.
- Smith, Anthony D. - Para uma cultura global? p.183-205. Featherstone, M. - Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis, Vozes, 1994.
- Taylor, Charles - Le malaise de la modernité. Paris, CERF, 1994.
- Touraine, Alain - Critique de la modernité. Paris, Fayard, 1992.
- _____ - Face à l'exclusion, p. 165-173. J. Braudillard et alii. Citoyenneté et urbanité. Paris, Esprit, 1991.
- _____ - La société post-industrielle. Paris, Denoel-Mediations, 1969.
- Vattimo, Gianni - O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- Wallerstein, Immanuel - A cultura como campo de batalha ideológico do sistema mundial moderno, p. 41-67. Featherstone, M. - Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis, Vozes, 1994.
- Weber, Max - Economia y sociedad. Mexico, Fondo de Cultura, 1962.
- Weffort, Francisco C. - Por que democracia? São Paulo, Brasiliense, 1984.
- Xiberras, Martine - Les théories de l'exclusion sociale. Paris, Meridiens-Klincksieck, 1992.